

EXTRATO DA ATA DA 337ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO CONSELHO DELIBERATIVO DO NUCLEOS

1. **DATA, HORARIO E LOCAL DA REUNIÃO:** dia 19 de janeiro de 2022, com início às 09:00hs e realizada de forma virtual pela plataforma eletrônica ZOOM.
2. **CONVOCAÇÃO:** Convocada pelo Presidente do Conselho Deliberativo, André Mignani, através da carta CD-01/2022, e secretariada por mim, Glauca Ferreira Velloso da Costa.
3. **ABERTURA:** Preenchido o quórum previsto no Estatuto do Nucleos, foi declarada aberta a reunião.
4. **PRESENCAS:** Presentes os Conselheiros André Ribeiro Mignani, Daniel Moraes da Costa, Maristela Aguiar de Souza, Rosângela Vieira Paes da Silva, Eduardo Zaroni e Fernando Cesar Braz Teixeira.
5. **CONVIDADOS:** Como convidados, a Assessora Jurídica, Andreia Simões Lemos Alegre, o Gerente de Seguridade Supletiva, Ítalo José da Silva, e a Assessora de Relacionamento, Kenia Merheb Diniz Hime.
6. **PAUTA:** I: Apreciação e deliberação da PRCD nº 026/2021, que trata da alteração da Instrução Normativa nº 002/2017, que regulamenta a remuneração e benefícios dos membros da Diretoria Executiva do Nucleos; II: Apreciação e deliberação da PRCD nº 001/2022, que trata da alteração do Regimento Interno do Nucleos, em atendimento das sugestões de melhoria apontadas pela Banca de Avaliação do ICSS/ ABRAPP/ SINDAPP, objetivando a obtenção do Selo de Governança Corporativa; III: Apreciação e deliberação da PRCD nº 005/2022, que trata do início do processo eleitoral para o cargo de Diretor de Benefícios do Nucleos; IV: Apreciação e deliberação da PRCD nº 003/2022, que trata das alternativas a serem oferecidas aos empregados reintegrados liminarmente no emprego nas patrocinadoras, participantes ou ex-participantes do Plano Básico de Benefícios – PBB; V: Assuntos Gerais.
7. **ASSUNTOS TRATADOS E DELIBERAÇÕES TOMADAS:**

Item I da Pauta: Foi apreciada a PRCD-026/2021, que trata da alteração da Instrução Normativa nº 002/2017, que regulamenta a remuneração e benefícios dos membros da Diretoria Executiva do Nucleos, com a inclusão no item 3.1.1, da letra f e seus subitens, para prever o direito de membros da Diretoria Executiva, que seja participante ativo do Plano Básico de Benefícios e que esteja abaixo do teto contributivo, ao incremento das contribuições, considerando no salário de participação o pró-labore pago pelo Nucleos. O assunto foi apresentado na 334ª Reunião Extraordinária, tendo a conselheira Rosângela Vieira Paes da Silva, naquela oportunidade, pedido vista da matéria. Nesta reunião, em atenção aos pedidos de esclarecimentos, foi apresentado ao Conselho Deliberativo o Parecer Jurídico Aditivo,

EXTRATO DA ATA DA 337ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO CONSELHO DELIBERATIVO DO NUCLEOS

emitido pelo escritório de advocacia Bocater. Durante os debates, foi observado pelos conselheiros que, de acordo com o referido parecer, os membros do Conselho Deliberativo e do Conselho Fiscal também poderiam ser contemplados pela mesma regra. Entretanto, o Conselho Deliberativo entendeu que caberia uma avaliação mais aprofundada da questão em um outro momento. Assim, após debate, o Conselho Deliberativo aprovou, por unanimidade, a PRCD-026/2021, e solicitou que o assunto referente aos membros do Conselho Deliberativo e Fiscal retorne posteriormente, através de proposta específica da Diretoria Executiva, devidamente instruída pela Assessoria Jurídica do Nucleos. Participaram deste item da pauta o Gerente de Seguridade Supletiva, Italo José da Silva, e a Assessora Jurídica, Andreia Alegre.

Item II da Pauta: Foi apreciada a PRCD-001/2022, que trata da alteração do Regimento Interno do Nucleos, em atendimento às sugestões de melhoria apontadas pela Banca de Avaliação do ICSS/ ABRAPP/ SINDAPP, objetivando a obtenção do Selo de Governança Corporativa. A assessora de Relacionamento, Kenia Merheb, explicou que as alterações são nos capítulos referentes ao Conselho Deliberativo e ao Conselho Fiscal e que, para atender as sugestões da Banca de Avaliação, foi feita a alteração do art. 7º, que trata das atribuições do Conselho Deliberativo, com a inclusão dos incisos XXVI e XXVII, que tratam do Planejamento Estratégico e da Matriz de Riscos, respectivamente, a alteração do art. 22, que trata das competências e atribuições dos membros do Conselho Deliberativo, com a inclusão do Parágrafo único – emissão de extrato da ata, e a alteração do art. 43, que trata das atribuições do Conselho Fiscal, com a inclusão da alínea “e” no inciso VI, referente ao acompanhamento dos trabalhos da auditoria das patrocinadoras. Após análise do quadro comparativo, tendo sido esclarecidas as dúvidas, o Conselho Deliberativo aprovou, por unanimidade, a proposta de alteração do Regimento Interno do Nucleos, solicitando um ajuste redacional no art. 22, parágrafo único, que passou a ter a seguinte redação: *Visando o cumprimento imediato das decisões, o Conselho Deliberativo emitirá extrato contendo a deliberação do colegiado, preferencialmente na data da realização da reunião, não excedendo a 5 (cinco) dias úteis.* Esse prazo é o que se apresenta viável, permitindo a elaboração dos extratos, revisão e assinatura pelos membros do colegiado, estando ainda em conformidade com a recomendação da Banca de Avaliação. Participaram deste item da pauta a Assessora de Relacionamento, Kenia Merheb, e a Assessora Jurídica, Andreia Alegre.

Item III da Pauta: Foi apreciada a PRCD-005/2022, que trata do início do processo eleitoral para o cargo de Diretor de Benefícios do Nucleos. A assessora de Relacionamento, Kenia Merheb, fez a explanação da matéria prestando as informações necessárias e esclarecendo as dúvidas dos conselheiros. Com relação à composição da comissão, o Conselho Deliberativo propôs a alteração trocando o

EXTRATO DA ATA DA 337ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO CONSELHO DELIBERATIVO DO NUCLEOS

“Coordenador Substituto” por “Subcoordenador Titular”. Assim, o Conselho Deliberativo aprovou, por unanimidade, a PRCD-005/2022, como segue: (i) o início do processo eleitoral, para eleição do Diretor de Benefícios, cujo mandato do atual Diretor termina em 30.09.2022; (ii) constituição da Comissão Eleitoral para coordenar o processo eleitoral, a ser integrada pelos colaboradores do Nucleos abaixo nominados: Kenia Merheb Diniz Hime – Coordenadora titular, Jorge Pedro da Costa Ewbank – Subcoordenador Titular; Clarissa Machado Froes – Titular e Reginaldo de Santana Ribeiro – Suplente; Ingrid Bizerril de Freitas Santos – Titular e Isaac Ferreira da Silva – Suplente; Sabrina Marinho dos Anjos Pereira - Titular, e Wilson Mesquita da Silva – Suplente. Na ausência da coordenadora ou do subcoordenador, havendo empate em votação de deliberação da comissão, a decisão será levada para o Conselho Deliberativo; (iii) que a Comissão Eleitoral tenha como prioridade as atribuições abaixo, entre outras decorrentes, para ser submetido à apreciação e aprovação do Conselho Deliberativo até o dia 15.03.2022: a) Elaboração do calendário eleitoral; b) Elaboração do Edital e do Regulamento Eleitoral; c) Efetuar consulta de preço para desenvolvimento e implantação do sistema eletrônico de votação – desenvolvimento de páginas eletrônicas destinadas a gerenciar o processo de votação pela internet e realizar serviços adicionais de apoio ao processo, encaminhando para aprovação da Diretoria Executiva a empresa selecionada. Participaram deste item da pauta a Assessora de Relacionamento, Kenia Merheb, e a Assessora Jurídica, Andreia Alegre.

Item IV da Pauta: Foi apreciada a PRCD-003/2022, que trata das alternativas a serem oferecidas aos empregados reintegrados liminarmente no emprego nas patrocinadoras, participantes ou ex-participantes do Plano Básico de Benefícios – PBB. Após a explanação da matéria pela Assessora Jurídica, Andreia Alegre, o assunto foi discutido amplamente pelos conselheiros. O Conselho Deliberativo solicitou alguns ajustes e aprovou, por unanimidade, a adoção imediata das seguintes providências e o oferecimento de alternativas aos empregados reintegrados liminarmente no emprego nas patrocinadoras, participantes ou ex-participantes do Plano Básico de Benefícios: **1. Participantes Assistidos:** (i) Suspender imediatamente o pagamento do benefício de suplementação de aposentadoria, uma vez que não há o atendimento de requisito essencial para o pagamento do benefício, isto é, a “cessação do vínculo com o patrocinador”, tal como expressamente previsto no art. 3º, I da LC 108/2001 e no art. 9º, parágrafo único do RPBB. (ii) Oferecer ao empregado reintegrado a opção de voltar ou não à condição de participante ativo do PBB, da seguinte forma: a) voltar à condição de participante ativo, sendo necessário devolver os valores dos benefícios recebidos desde a data da reintegração no emprego por decisão liminar, visto que receberam no período, concomitantemente, o benefício do Nucleos e os proventos da patrocinadora, e efetuar o pagamento das contribuições ao PBB no mesmo período. A devolução dos benefícios pagos no

EXTRATO DA ATA DA 337ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO CONSELHO DELIBERATIVO DO NUCLEOS

período entre a demissão e a reintegração no emprego por liminar e o aporte de contribuições do mesmo período deverão ser avaliados após a decisão judicial final. b) não voltar à condição de participante ativo, mantendo-se a suspensão do pagamento do benefício suplementar até o rompimento efetivo do vínculo empregatício, ocasião em que o benefício será restabelecido corrigido pelo índice de reajuste do PBB desde a data da reintegração, devendo devolver os benefícios recebidos desde a data da reintegração no emprego por decisão liminar. A devolução dos benefícios pagos no período entre a demissão e a reintegração no emprego por liminar deverá ser avaliada após a decisão judicial final; c) que na comunicação de oferecimento das opções “a” e “b” do Item ii ao participante reintegrado, que se encontrava na condição de Assistido, será estabelecido prazo a partir do qual o Nucleos, na ausência de manifestação, irá enquadrá-lo na Opção ii – b e promoverá as medidas jurídicas cabíveis à cobrança dos benefícios recebidos no período desde a reintegração no emprego e a sua suspensão pelo Nucleos; d) que a patrocinadora deverá ser imediatamente comunicada das ações adotadas pelo Nucleos, bem como da opção do participante. **2. Participantes Autopatrocinados:** Retornar à condição de participante ativo do PBB, passando o participante e a patrocinadora a efetuar as contribuições devidas ao PBB na forma prevista no Regulamento. **3. Participantes em Benefício Proporcional Diferido:** Voltar à condição de participante ativo, sendo necessário efetuar o pagamento das contribuições devidas desde a data da reintegração no emprego. A necessidade de recolhimento dos valores contributivos entre a data da rescisão do contrato de trabalho e a reintegração deverá ser avaliada posteriormente, pois dependerá do tratamento dado a esse período na decisão judicial final. **4. Participantes que optaram pelo resgate ou portabilidade:** (i) voltar à condição de participante ativo, sendo necessário devolver os valores resgatados ou portados atualizados pelo índice de reajuste do PBB e efetuar o pagamento das contribuições devidas desde a data da reintegração no emprego. A necessidade de recolhimento dos valores contributivos entre a data da rescisão do contrato de trabalho e a reintegração deverá ser avaliada posteriormente, pois dependerá do tratamento dado a esse período na decisão judicial final (ii) voltar à condição de participante ativo do PBB, sem a reposição dos valores levantados e as contribuições referentes ao período de afastamento, porém, com o pagamento da joia estabelecida no Regulamento, iniciando o vínculo do participante com o plano como uma nova adesão; (iii) não voltar à condição de participante ativo do PBB, mantendo-se a manifestação expressa quando do desligamento; (iv) caso o empregado escolha a opção iii, oferecer a inscrição no Plano CD da respectiva patrocinadora, a partir da data de funcionamento do plano. Participaram deste item da pauta a Assessora Jurídica, Andreia Alegre, o Gerente de Seguridade Supletiva, Ítalo José, e a Assessora de Relacionamento, Kenia Merheb.

EXTRATO DA ATA DA 337ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO CONSELHO DELIBERATIVO DO NUCLEOS

Item V da Pauta: Assuntos Gerais: 1) Atendendo ao solicitado pelo Presidente do Conselho Deliberativo, André Mignani, a Assessoria Jurídica, Andreia Alegre, fez uma breve explanação sobre a recente decisão judicial, proferida no processo nº 0136009-54.2006.8.19.0001, da 13ª Vara Cível da Comarca da Capital do Estado do Rio de Janeiro (ação indenizatória contra ex-dirigentes), que deferiu a penhora de percentual de benefício de suplementação de aposentadoria paga pelo Instituto, informando as medidas jurídicas que serão adotadas no processo. O Conselho Deliberativo reiterou que todas as medidas judiciais cabíveis para a satisfação do crédito sejam adotadas, inclusive com o objetivo de aumentar o percentual de benefício penhorado, e que o Conselho seja mantido informado. 2) O diretor Financeiro, Luiz Levy, fez uma apresentação sobre o resultado dos investimentos com posição em novembro de 2021, com a explanação dos seguintes pontos: I - Porque ocorre déficit em EFPC's; II - Posição do PBB Pré-Pandemia/2019; III - Posição do PBB face pandemia/2020 e 2021; IV - Ações do Nucleos para mitigar o déficit; e V - Conclusões sobre o déficit. Destacando que o déficit do Plano Básico de Benefícios – PBB tem origem em situação conjuntural, em um cenário econômico que foi fortemente afetado pela crise global da pandemia de Covid – 19 e seus reflexos sobre a economia e os ativos de renda fixa e renda variável. Acrescentando os efeitos da inflação nos resultados do Instituto como: - No Ativo, a correção da inflação é esperada, mas pode não acontecer. - Já o Passivo é obrigatoriamente corrigido pela inflação. Por fim reiterou que o déficit é conjuntural e o Nucleos mantém a expectativa de que o atual episódio inflacionário será controlado e que a economia voltará ao equilíbrio pré-pandemia fazendo com que o resultado do Nucleos volte a ser positivo. O diretor Financeiro, Luiz Levy, realizou também uma apresentação das operações nos mandatos de ALM, autorizados pelo Conselho Deliberativo em sua 201ª Reunião Ordinária, realizados até o momento. 3) O Conselho Deliberativo aprovou, por unanimidade, o calendário de reuniões 2022, elaborado pela assessora de Relacionamento, Kenia Merheb. 4) Foram registradas as seguintes cartas da Diretoria Executiva do Nucleos, endereçadas ao Conselho Deliberativo: Ce DB-205/2021 – estudo custeio administrativo PBB; Ce DF-082/2021 – principais números Nucleos setembro 2021; Ce DF-089/2021 – principais números Nucleos outubro 2021; Ce PR-156/2021 – acompanhamento Planos de Ação e recomendação das Auditorias; Ce PR-159/2021 – consulta feita à Previc sobre instituidor; Ce PR-163/202 – histórico Nucleos AMAZUL. 5) Registro das cópias de correspondências que o Conselho Deliberativo tomou conhecimento, conforme solicitado na 187ª Reunião Ordinária do Conselho Deliberativo: Ce DB-191/2021; Ce DB-192/2021; Ce DB-193/2021; Ce DB-213/2021; Ce DB-214/2021; Ce DB-215/2021; Ce DF-080/2021; Ce DF-081/2021; Ce PR-153/2021; Ce PR-154/2021; Ce PR-155/2021; Ce PR-158/2021; Ce PR-160/2021; Ce PR-164/2021.

EXTRATO DA ATA DA 337ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO CONSELHO DELIBERATIVO DO NUCLEOS

- 8. ENCERRAMENTO:** Foi franqueada a palavra pelo presidente do Conselho e nada mais havendo a tratar foi encerrada a reunião.

Declaro que o presente é um extrato da ata original da 337ª Reunião Extraordinária do Conselho Deliberativo, realizada em 19 de janeiro de 2022.

Glaucia Ferreira Velloso da Costa
Secretária da Reunião